

## Secretaria Estadual de Educação do Tocantins

**Instrução Normativa nº 004, de 18 de fevereiro de 2010.**

***Normatiza a oferta da disciplina do Ensino Religioso nas Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino.***

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso II, da Constituição do Estado e considerando a necessidade de regulamentar a oferta do Ensino Religioso nas Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino, cumprindo-se ao que determina o art.33 da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com nova redação dada pela Resolução nº 9.475/ 97, resolve:

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica normatizada a oferta da disciplina de Ensino Religioso nas Unidades Escolares da Rede Pública Estadual de Ensino, como parte integrante da formação básica dos estudantes.

Art. 2º O Ensino Religioso terá como pressuposto essencial e inviolável o respeito irrestrito à diversidade cultural religiosa, ao pluralismo ideológico e ao sincretismo religioso característico do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Fica igualmente vedada a utilização de quaisquer símbolos, imagens, objetos, textos, relíquias e mártires como forma de culto e/ou de repúdio a qualquer corrente religiosa específica.

§ 2º O conteúdo Programático da disciplina Ensino Religioso, em conformidade com o Referencial Curricular do Ensino Fundamental do Estado, deverá possibilitar o aprofundamento das discussões de ordem ética, humanística e moral, contemplando os fundamentos filosóficos, psicológicos, sociológicos, teológicos e históricos das diversas culturas religiosas, vedada qualquer forma de proselitismo ou doutrinação específico.

Art. 3º O Ensino Religioso constitui-se disciplina integrante do núcleo comum de conhecimento da estrutura curricular do Ensino Fundamental, com carga horária de uma hora/ aula semanal, devendo ser ministrada nos horários normais de aula das escolas da Rede Pública Estadual de Ensino.

Parágrafo único. A carga horária referida no caput deste artigo (de uma hora aula semanal), compondo ou não a carga horária mínima de 800 (oitocentas) horas aulas anuais de cumprimento obrigatório pelo aluno, deverá ser complementada com disciplina [alternativa](#) oferecida pela Unidade Escolar, no caso da não opção pelo Ensino Religioso, nos termos do art. 4º desta Instrução Normativa.

Art. 4º A matrícula na disciplina Ensino Religioso será facultativa, sendo expressamente vedada à unidade escolar efetuar matrícula automática e/ou a qualquer forma de sugestcionamento, cabendo unicamente ao responsável legal pelo aluno, no ato da matrícula escolar, registrar sua [opção](#) pela referida disciplina.

§ 1º A Proposta alternativa de formação humana e cidadã a que se refere ao caput deste artigo deverá ser oferecida pela unidade escolar aos alunos não optantes pelo Ensino Religioso, devendo estar prevista no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar.

§ 2º Para a oferta do Ensino Religioso e/ou da proposta alternativa de formação humana, será permitido a escola organizar classes e turmas com alunos de séries distintas e níveis equivalentes, conforme previsão legal contida no art. 8º, inciso III, da Lei nº 2.139/2009 - Lei do Sistema Estadual de Ensino.

## CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

### Seção I Da Lotação de Assessores de Currículo de Ensino Religioso

Art. 5º Para lotação do Assessor de Currículo de Ensino Religioso na Coordenadoria de Currículo e Formação desta Secretaria e na Coordenadoria de Ensino Fundamental e Médio das Diretorias Regionais de Ensino serão observados, além das especificidades da disciplina, os critérios gerais exigidos para esta função, conforme dispõe a Instrução Normativa nº 04, de 23 de julho de 2009.

Parágrafo único. O Assessor de Currículo de Ensino Religioso deverá obrigatoriamente comprovar formação específica na área sendo: Doutorado ou Mestrado em Ciências da Religião, ou, no mínimo, Pós-graduação em Ensino Religioso.

### Seção II Da Lotação de Professores

Art. 6º Para ser lotado como Professor de Ensino Religioso nas turmas de Ensino Fundamental, o Professor deverá obrigatoriamente comprovar formação específica na área de Ensino Religioso, ou seja:

I - Doutorado ou Mestrado em Ciências da Religião, ou Curso de Especialização em Ensino Religioso, ou ainda graduação com habilitação para o trabalho na disciplina de Ensino Religioso.

§ 1º Caso o Professor não possua a Formação supracitada no art. 6º, ele deverá comprovar formação mínima, a qual compreende:

I - ser graduado em História, mais Curso atualizado em Ensino Religioso com um mínimo de 120 h/a; ou

II - ser graduado em Filosofia, mais Curso atualizado em Ensino Religioso com um mínimo de 120 h/a; ou

III - ser graduado em Teologia, mais Curso atualizado em Ensino Religioso com um mínimo de 120 h/a; ou

IV - ser graduado em Pedagogia ou Normal Superior, mais Curso atualizado em Ensino Religioso com um mínimo 120 h/a;

V - ser flexível quanto à diversidade cultural religiosa dos alunos;

VI - assumir todas as aulas de Ensino Religioso da Unidade Escolar, exceto nos casos em que o número de turmas exceda a carga horária máxima de 40 horas semanais para um único Professor.

§ 2º As 120 horas que se referem no art. 6º deste caput podem ser complementadas desde que seja com participação em Cursos, Seminários, FÓRUNS, Congressos e outros na área de Ensino Religioso.

§ 3º Como Curso atualizado em Ensino Religioso compreende-se que seja dentro dos padrões exigidos pela atual LDB, em seu art. 33, alterado pela Lei nº 9.475/97, bem como pelos Parâmetros Curriculares do Ensino Religioso - PCNER e o Referencial Curricular do Ensino Religioso.

§ 4º No caso da oferta da disciplina Ensino Religioso não completar a carga horária máxima de 40 horas semanais o Professor poderá complementá-la desde que não ultrapasse a sua atuação docente em no máximo três disciplinas.

Art. 7º Para efeito de lotação, a unidade escolar deverá considerar o total de horas aulas destinadas ao Ensino Religioso e distribuí-las proporcionalmente entre tal oferta e a disponibilização da disciplina alternativa.

### Seção III

#### Das atribuições do Professor de Ensino Religioso

Art. 8º O Professor deverá criar mecanismos para que o Ensino Religioso, ministrado de forma sistematizada, permita uma compreensão ética, humana e crítica da vida do cidadão.

[...] § 1º O Professor deverá se inteirar dos conteúdos mínimos de Ensino Religioso expostos no Referencial Curricular do Ensino Fundamental e trabalhá-los de forma sistemática, sem qualquer forma de doutrinação ou proselitismo religioso.

§ 2º O Professor deverá demonstrar interesse e envolvimento com sua auto-formação na inter/pluri/transculturalidade religiosa.

§ 3º O Professor deverá saber lidar com as diferenças culturais e religiosas de cada aluno, sem direcionamento e/ou predileção por qualquer segmento religioso, bem como interrelacionar os conteúdos possíveis de forma interdisciplinar com as outras disciplinas.

§ 4º O Professor deverá trabalhar os Conteúdos de Ensino Religioso na transversalidade como a [Formação](#) Humana e Cidadã, ou seja, com os Temas Transversais: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo, dentre outros de relevância.

Art. 9º O Professor de Ensino Religioso tem as mesmas atribuições formais dos demais Professores e deverá registrar, no diário de classe, o conteúdo ministrado, a frequência dos alunos e o resultado das avaliações.

§ 1º O Planejamento anual da disciplina deverá ser apreciado pelo Diretor Pedagógico e/ou Suporte Pedagógico da unidade escolar, visando o avanço do processo de ensino e aprendizagem.

§ 2º O Planejamento das aulas semanais deverá ser discutido e elaborado com apoio e orientação do Suporte Pedagógico e com os demais Professores de Ensino Religioso, nos casos de existência, na escola.

§ 3º Para o planejamento anual e semanal, o Professor deverá seguir os conteúdos básicos expostos no Referencial Curricular de Ensino Religioso, se embasar também nos Temas Transversais e nos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica, sobretudo os específicos do Ensino Religioso.

### Seção IV

#### Dos Registros

Art. 10. Quando da expedição de [documentos](#) escolares, a unidade escolar deverá registrar em conformidade com Estrutura Curricular, pois a disciplina faz parte da base nacional comum do currículo.

§ 1º Para fins de registro da média e da frequência, será considerado aprovado o aluno que obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da média mínima anual, igual ou superior a 7,0 (sete).

§ 2º No caso de opção pela disciplina [alternativa](#) em substituição ao Ensino Religioso é necessário o registro, no campo de observações dos documentos escolares, a fundamentação legal da não opção pelo Ensino Religioso, qual seja, o art. 33 da Lei nº 9.475/97 que altera e dá nova redação a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11. Aplicam-se, no que couberem, aos instrumentos regulamentados por esta Instrução Normativa as demais legislações pertinentes, especialmente a Lei nº 9.394/96 -Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei nº 2.139/2009 - Lei do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 12. Para dirimir eventuais dúvidas quanto à interpretação destas normas, análises de casos omissos, fatos relevantes e situações contempladas nesta Instrução Normativa, deverá ser consultado o Titular da Secretaria da Educação e Cultura.

Art. 13. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Instrução Normativa nº 010, de 3 de dezembro de 2004.